

Prefeitura de Rio Branco - AC

P01 - AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
1

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“A vida é uma grande feira e tudo são barracas e saltimbancos.”

(Fernando Pessoa)

ATENÇÃO

Este caderno contém cem questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4 Horas

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

Boas maneiras no bar

Paulo Pestana

Crônica

O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda. Mas é preciso compreender que ali – incluindo a classe dos pés-sujos – também há uma etiqueta, o que, conforme os franceses ensinaram, é aquele conjunto de normas cerimoniais que controlam o comportamento adequado a cada situação social. Coisa de gente fina.

Não obedece aos mesmos parâmetros que as moças de boa família encontravam no Socila, o mais badalado curso de boas maneiras e elegância do país, que hoje oferece até aulas via computador, prometendo 12 segredos infalíveis para causar boa impressão. Também não chega ao nível de detalhamento do *Jornal das Moças*, antiga publicação com artigos e dicas para as casadoiras.

A etiqueta do botequim é um conjunto de normas que garante a boa convivência entre os frequentadores, um povo eclético, difícil, cuja beligerância aumenta de acordo com o esvaziamento dos copos. São, na prática, regras de armistício.

Uma delas é o tratamento dispensado ao atendente. Se for o proprietário, é preciso cuidado porque normalmente são pessoas calejadas pelos chatos que são atraídos como moscas na vitrine de petiscos. Esses calos não engrossam apenas a pele, mas o caráter, o que muitas vezes é confundido com grossura, mas outras é ignorância pura mesmo.

Regra número um: não chame o atendente de psiu. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada – mas nunca de “ô”, “pist”, ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.

Outra norma importante vai na contramão da etiqueta formal: o palito. O ato de esgaravatar os dentes fez com que dentistas e dândis se unissem e formassem uma liga contrária. E palitos, nem aqueles que vêm embrulhadinhos, são permitidos em mesas de gente bem. No boteco é o contrário. O palito é o que mantém aquele bife a rolê do mostruário firme, enrolado na cenoura, e ainda serve para retirar o fiapo que ficou entre os dentes.

O palito é também usado para passar o tempo no jogo de porrinha, para tirar caraca de baixo da unha, riscar a toalha de papel vegetal na mesa, até para segurar guardanapo sobre o petisco, antes da mosca pousar. Se nos restaurantes não se usa palito nem no banheiro com a luz apagada, como ensinava Danuza Leão, nos bares eles são insubstituíveis.

Outro elemento importante, que exige uma técnica especial, é a cordinha da descarga do banheiro. Boteco raiz não tem urinol preso na parede. As necessidades são feitas num único lugar: a privada. Mas é preciso dar descarga; e aí vem a dúvida: a cordinha para liberar a água deve ser pega por onde? Na pontinha? Lá em cima? No meio? Tudo encardido. Melhor usar papel higiênico e puxar.

Por fim, uma regra básica: não reclame da comida. Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança; ácido, amargo e, às vezes, pegajoso.

PESTANA, Paulo. Boas maneiras no bar. *Correio Braziliense*, 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/paulopestana/boas-maneiras-no-bar/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Questão 1

Para o cronista, as regras de etiqueta nos bares servem como “regras de armistício” porque:

- (A) colaboram para que não haja conflitos e brigas entre seus frequentadores.
- (B) impedem que seus frequentadores bebam e comam sem pagar pelos serviços.
- (C) auxiliam no controle, por parte do dono do estabelecimento, de pessoas que portam armas.
- (D) reúnem maneiras que ajudam na manutenção de disputas dentro do estabelecimento.
- (E) facilitam o controle sobre os garçons para que eles não entrem em conflito com os frequentadores.

Questão 2

No trecho “Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança [...]” (último parágrafo), os períodos podem ser reunidos em somente um por meio da inserção da seguinte conjunção:

- (A) “contudo”.
- (B) “portanto”.
- (C) “pois”.
- (D) “entretanto”.
- (E) “ora”.

Questão 3

Analisando-se o contexto geral da crônica, percebe-se que o autor:

- (A) critica o fato de que as regras de etiqueta dos bares e dos botecos não seguem os padrões franceses.
- (B) defende o ponto de vista de que há uma organização social a ser seguida nos bares e nos botecos.
- (C) mostra-se indignado pelo fato de não poder chamar os atendentes de qualquer maneira.
- (D) considera os atendentes de bar pessoas grosseiras que não sabem lidar com clientes chatos.
- (E) aprecia mais os bares e os botecos em que moças frequentadoras do Socila trabalham.

Questão 4

No trecho “O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontracção toda.” (1º parágrafo), a palavra “incautos” pode ser substituída, sem alteração de sentido ao enunciado em que é empregada, por:

- (A) “prudentes”.
- (B) “maliciosos”.
- (C) “festeiros”.
- (D) “impacientes”.
- (E) “descuidados”.

Questão 5

No 5º parágrafo, em que se lê “Regra número um: não chame o atendente de psiú. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada – mas nunca de ‘ô’, ‘pist’, ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.”, a que(m) se refere o pronome em destaque?

- (A) Ao nome do atendente
- (B) À onomatopeia usada para chamar o atendente
- (C) Ao pedido feito ao atendente
- (D) Ao atendente
- (E) Ao Skank

Questão 6

Leia o texto a seguir.

“O que a inteligência artificial gera de fascínio, gera também de medo.

Para Daniela Rus, que trabalha com essa tecnologia, o veredito depende de nós, humanos. [...]

Rus reconhece que a comunidade que **pesquisa** a inteligência artificial ‘não entende todos os aspectos da tecnologia, mas está trabalhando muito para obter uma compreensão mais profunda e aprender sobre seus possíveis usos e obstáculos’. E afirma que há **muitos** que se dedicam ao desenvolvimento de ferramentas contra a desinformação e contra outras coisas que ‘podem dar errado com a inteligência artificial’.”

Quais são, respectivamente, as classes gramaticais a que pertencem as palavras grifadas no excerto acima, considerando o contexto em que foram empregadas?

3 áreas em que a inteligência artificial já está melhorando nossas vidas. *BBC Brasil*, 18 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl4mx5nvno>. Acesso em: 18 jun. 2023.

- (A) Verbo e advérbio
- (B) Substantivo e advérbio
- (C) Pronome e verbo
- (D) Verbo e substantivo
- (E) Substantivo e pronome

Questão 7

Assinale a alternativa cuja sentença apresenta um desvio de paralelismo sintático.

- (A) Considero e gosto muito da ideia de seguir outra carreira profissional.
- (B) A região do Donbass é disputada pelos ucranianos e pelos russos.
- (C) É proibida a entrada de animais domésticos e de crianças neste estabelecimento.
- (D) O computador que comprei é digno de aplausos e de elogios!
- (E) Filmes de suspense e de terror fazem muito sucesso atualmente.

Questão 8

Em qual das sentenças abaixo a concordância do verbo sublinhado se apresenta no singular pelo fato de não haver sujeito na oração?

- (A) Viajei durante seis horas para minha cidade natal.
- (B) Há diversos problemas carentes de atenção ultimamente.
- (C) Chegou, enfim, a tão esperada carta de admissão na companhia!
- (D) Mírian esteve no hospital com a mãe para fazer exames.
- (E) Precisa-se de atendente de balcão.

Questão 9

No texto a seguir, observe os conectivos grifados.

Em média, 30 motociclistas morrem em acidentes no trânsito no Brasil por dia. O número de mortes manteve-se estável entre 2011 (11.485 mortes em todo o país) e 2021 (11.115); a taxa de mortalidade também, próxima a 5,7 por 100 mil habitantes, de acordo com o Ministério da Saúde. **No entanto**, nesse período aumentou em 55% a taxa de internação de motociclistas que sofreram acidentes no trânsito em hospitais da rede pública de saúde: de 3,9 por 10 mil habitantes em 2011 para 6,1 por 10 mil em 2021. Nesses 10 anos, o custo de serviços médicos e dias de trabalho perdidos passou de R\$ 85 milhões para R\$ 167 milhões. As principais causas dos acidentes são, da parte dos motociclistas, não usar capacete e dirigir alcoolizado ou em velocidade acima do recomendado, além de pavimentação defeituosa (buracos nas ruas), fiscalização deficiente e falta de planejamento urbano. **Em compensação**, segundo estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), a taxa de mortalidade de ciclistas no Brasil caiu – de 7,91 por milhão de habitantes em 2006 para 1,8 por milhão em 2017 –, como resultado da instalação de mais ciclovias (*Boletim Epidemiológico*, 27 de abril; *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 de abril).

MAIS motociclistas em hospitais. *Pesquisa Fapesp*, junho de 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-motociclistas-em-hospitais/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Esses conectivos em destaque conferem ao texto apresentado, respectivamente, as ideias:

- (A) de exclusão e de compensação.
- (B) de comparação e de adversidade.
- (C) de consequência e de adição.
- (D) de adversidade e de compensação.
- (E) de explicação e de inclusão.

Questão 10

Leia o fragmento apresentado abaixo.

“Foi na Inglaterra, na última terça parte do século XVIII, que nasceu a grande indústria moderna. Desde o início, sua arrancada foi tão repentina, e teve tais consequências, que pôde ser comparada a uma revolução [...]. Hoje, a grande indústria nos envolve por todos os lados; parece até prescindir de definição, tantas são as imagens familiares e sensíveis que evoca: são as possantes fábricas que se erguem na periferia de nossas cidades, as altas chaminés e seu flamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e o agitar atarefado das multidões operárias. [...]”

MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra* (trad. Sonia Rangel). São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988[?].

A palavra “prescindir” indica, nesse fragmento, que:

- (A) não é necessário definir o que é a grande indústria.
- (B) é preciso que haja uma definição mais detalhada do que é a grande indústria.
- (C) não é necessário definir o que são as imagens familiares suscitadas pela indústria.
- (D) é preciso que haja uma definição mais detalhada das imagens familiares suscitadas pela indústria.
- (E) não é necessário definir o que foi a revolução industrial da Inglaterra.

Raciocínio Lógico

Questão 11

Segundo os princípios da lógica, uma proposição pode assumir apenas os valores lógicos verdadeiro ou falso. Assim, a proposição composta " $P \rightarrow Q$ " só pode ser considerada falsa se:

- (A) P for verdadeira e Q for falsa.
- (B) P e Q forem verdadeiras.
- (C) Q for verdadeira e P for falsa.
- (D) P for falsa e Q for verdadeira.
- (E) Ambas forem falsas.

Questão 12

Para ser considerada tautológica, uma sentença precisa estar associada ao uso não intencional, que será reconhecido como um vício de linguagem. O uso intencional é utilizado para dar ênfase e realce ao texto, não sendo, portanto, tautológico. Dessa forma, qual das frases a seguir pode ser classificada como tautologia?

- (A) Hoje está chovendo e não está chovendo.
- (B) Ontem nevou.
- (C) Fizemos o acabamento final da obra ontem.
- (D) Todos os homens são altos.
- (E) Se não como carne, logo, sou vegetariano.

Questão 13

A soma entre cinco números inteiros positivos e consecutivos é igual a 45. Colocando esses números em ordem crescente, qual é o valor da raiz quadrada da soma dos algarismos do quarto número?

- (A) 3
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 2
- (E) 0

Questão 14

Maria sempre lê 4 páginas a mais por dia de seu livro. Sabendo que ela iniciou sua leitura em 04/08 lendo uma página, em qual data provável ela irá ler 25 páginas?

- (A) 07/08
- (B) 08/08
- (C) 09/08
- (D) 10/08
- (E) 11/08

Questão 15

Mariazinha decidiu que iria em uma festa de formatura. Contudo, não sabe que roupa vestir, já que possui 4 belos vestidos, porém, só 2 estão limpos. Ela também possui 5 saltos disponíveis e dois colares, dos quais um foi emprestado para uma de suas amigas. Dessa forma, de quantas maneiras distintas ela pode se vestir para ir à festa com um vestido, um salto e um colar?

- (A) 12
- (B) 18
- (C) 24
- (D) 30
- (E) 36

Noções de Informática

Questão 16

Um navegador é o programa que dá acesso aos sites hospedados na internet, tanto em computadores quanto em dispositivos móveis como celulares e tablets. Posto isto, analise e responda.

- I- Google Chrome.
- II- Opera.
- III- Mozilla Firefox.
- IV- Safari.

Das opções acima, quais são consideradas navegadores de internet?

- (A) I e IV
- (B) I, II, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) III, apenas
- (E) I, II e III

Questão 17

“Os _____ se disfarçam de aplicativos inofensivos, enganando os usuários para que façam o download e os usem. Uma vez em funcionamento, eles podem roubar dados pessoais, travar um dispositivo, espionar atividades ou até mesmo iniciar um ataque.”

A lacuna acima deve ser preenchida por:

- (A) spywares.
- (B) worms.
- (C) scarewares.
- (D) adwares.
- (E) cavalos de troia.

Questão 18

Das alternativas abaixo, assinale a que corresponda a um exemplo de antivírus.

- (A) KasperSky
- (B) Oracle Database
- (C) CodeSandbox
- (D) Sublime Text
- (E) Microsoft Imagine

Questão 19

“Nesse tipo de topologia cada nó (computador) se conecta a um nó central (comutador ou switch) utilizando uma conexão independente dos outros computadores. Ela é bastante utilizada atualmente, principalmente em redes de pequeno porte. É de fácil manutenção e de fácil identificação de problemas, entretanto, uma falha do nó central pode desativar toda a rede.”

O trecho acima diz respeito a qual topologia de rede?

- (A) Topologia anel
- (B) Topologia árvore
- (C) Topologia estrela
- (D) Topologia barramento
- (E) Topologia malha

Questão 20

A arquitetura TCP/IP é organizada em quatro camadas, uma delas conhecida como camada de interface de rede. Sobre esta camada, é possível afirmar que:

- (A) refere-se aos programas de aplicação que se utilizam dos serviços da camada de transporte.
- (B) se relaciona a tudo aquilo que um pacote IP necessita para realmente estabelecer um link físico.
- (C) possibilita a comunicação entre os programas de aplicação, de uma forma fim-a-fim, ou seja, garante que os dados transmitidos/recebidos estarão corretos.
- (D) recebe pedidos de transporte para envio de pacotes e conduz estes até a estação final de destino.
- (E) essa camada funciona como um fiscal, ela observa se o pacote tem algum defeito em sua formatação e controla o fluxo com que os pacotes são enviados.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos de planejamento e orçamento dos entes da federação. Com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é CORRETO afirmar que:

- (A) é instituída por iniciativa do Poder Legislativo e, em virtude de sua matéria, deve ser aprovada por maioria absoluta.
- (B) é responsável por orientar a elaboração do plano plurianual e estabelecer diretrizes de políticas sociais.
- (C) dispõe sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (D) deve conter Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os riscos capazes de afetar as contas públicas, porém não pode informar as providências a serem tomadas caso se concretizem.
- (E) deve conter Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais para o exercício a que se referirem e para os três exercícios seguintes.

Questão 22

Acerca do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e das despesas públicas, julgue os itens a seguir:

- I. A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores.
- II. A apuração da despesa total com pessoal obedece ao regime de competência.
- III. A prorrogação de despesa criada por prazo determinado não é considerada aumento de despesa.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I, II e III.
- (B) apenas I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Questão 23

Sobre o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) acerca da receita pública, é CORRETO afirmar que:

- (A) a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- (B) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo será sempre admitida, desde que haja prévia autorização do chefe do Poder Executivo.
- (C) o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser inferior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- (D) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo 60 (sessenta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (E) as previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 4 (quatro) anos.

Questão 24

Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), julgue as sentenças abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A destinação de recursos para o setor privado deverá ser autorizada por lei específica.
- () A destinação de recursos para o setor privado deverá estar prevista no orçamento, sendo vedada a previsão em créditos adicionais.
- () O Banco Central do Brasil é proibido de conceder às instituições financeiras operações de redesconto de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

A sequência CORRETA é:

- (A) V, V, V.
- (B) V, F, F.
- (C) F, F, F.
- (D) F, F, V.
- (E) F, V, V.

Questão 25

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) impõe algumas regras acerca da realização das transferências voluntárias. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A transferência voluntária consiste na entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (B) Uma das exigências previstas na lei para a realização da transferência voluntária é que o beneficiário comprove que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal permite a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, desde que haja justificativa prévia da autoridade máxima do ente beneficiário.
- (D) Uma das exigências previstas na lei para a realização da transferência voluntária é a existência de dotação específica.
- (E) Uma das exigências previstas na lei para a realização da transferência voluntária é que o beneficiário comprove o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

Questão 26

Acerca da dívida pública e de seus limites, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A dívida pública consolidada ou fundada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- (B) A dívida pública mobiliária é aquela representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) O refinanciamento da dívida mobiliária consiste na emissão de títulos para pagamento do principal com incidência de juros, mas sem acréscimo da atualização monetária.
- (D) As operações de crédito de prazo inferior a doze meses não integram a dívida pública consolidada, ainda que suas receitas tenham constado do orçamento.
- (E) O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, com incidência de juros, multa e atualização monetária.

Questão 27

No que diz respeito aos balanços orçamentário e patrimonial e seus componentes, previstos na Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O balanço patrimonial deve demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- (B) O balanço orçamentário deve demonstrar o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente e o saldo patrimonial.
- (C) O Ativo Financeiro deve compreender os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- (D) O Ativo Permanente deve compreender os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- (E) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que independam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Questão 28

O poder que confere à Administração Pública a prerrogativa de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa é denominado:

- (A) poder regulamentar.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder infracional.
- (D) poder de polícia.
- (E) poder vinculado.

Questão 29

Dentre os poderes da Administração Pública, tem-se o poder normativo. Sobre o referido poder, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O poder normativo permite que a Administração Pública crie ou altere leis se constatada a omissão do Poder Legislativo.
- (B) O poder normativo confere à Administração Pública a prerrogativa de complementar a lei, de modo a efetivar a sua aplicabilidade, mas não pode a Administração alterar o texto legal com base neste poder.
- (C) O Congresso Nacional não pode, diretamente, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (D) Nos termos da CF/1988, compete ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis, não se estendendo tal previsão aos demais chefes do Poder Executivo (governadores e prefeitos).
- (E) As leis delegadas, assim como os decretos e regulamentos, constituem típicos exemplos de atos decorrentes do poder regulamentar, por isso não podem, em qualquer hipótese, criar obrigações primárias (originárias).

Questão 30

Sobre o poder de polícia, julgue as sentenças abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A Administração Pública pode instituir tarifas para remunerar as atividades decorrentes do poder de polícia.
- () Em sentido amplo, o poder de polícia abrange atividades
- () O poder de polícia autoriza a Administração Pública a punir seus servidores públicos em caso de cometimento de infrações funcionais.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, F, V.
- (B) V, F, F.
- (C) F, F, F.
- (D) V, V, V.
- (E) F, V, F.

Questão 31

João, motorista de ônibus de empresa privada que atua como concessionária de serviço público de transporte coletivo no Município X, distraído por utilizar o celular enquanto conduzia o ônibus, não reparou que o sinal do semáforo havido ficado vermelho e o avançou, vindo a colidir na lateral do carro de Maria, que sofreu leves escoriações e teve a lateral esquerda do seu carro totalmente destruída.

Com base na situação hipotética e considerando as regras acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é CORRETO afirmar que:

- (A) apesar de prestar serviço público, não se aplicam à concessionária as regras da Responsabilidade Civil do Estado, tendo em vista que a empresa é pessoa jurídica de direito privado que não integra a Administração Pública direta ou indireta.
- (B) Maria deverá ajuizar ação de reparação de danos apenas em face do motorista, João, tendo em vista que ele foi o único responsável pelos danos.
- (C) Maria deverá ajuizar ação de reparação de danos em face do motorista, João, e somente se ele não possuir bens suficientes para a ressarcimento dos danos é que Maria poderá requerer a responsabilização da concessionária.
- (D) a concessionária responde de forma objetiva pelos danos causados por seu motorista, João, tendo em vista tratar-se de empresa prestadora de serviços públicos.
- (E) a concessionária só será responsabilizada pelos danos causados por seu motorista, João, se Maria conseguir demonstrar que ele agiu com dolo.

Questão 32

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu Art. 37, §6º, consagrou a Responsabilidade Civil do Estado. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A CF/1988 adota a teoria da culpa administrativa, segundo a qual o lesado não precisa identificar o causador do dano, basta que demonstre o elemento do dolo ou da culpa do Estado para que reste configurada a responsabilidade do ente estatal.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos poderão ajuizar ação regressiva contra o verdadeiro responsável pelos danos nos casos de dolo ou culpa.
- (C) A Responsabilidade Civil independe da existência de culpa em caso de danos nucleares.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (E) A Responsabilidade Civil do Estado pode decorrer não somente de ação, como também de omissão.

Questão 33

Com base no disposto na Lei nº 8.666/1993, acerca das Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos processos de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoas pretas e pardas.
- (B) O autor do projeto, básico ou executivo, poderá participar na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- (C) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
- (D) Nas licitações para execução de obras e para prestação de serviços, a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.
- (E) O procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666/1993 caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Questão 34

Com base no disposto na Lei nº 8.666/1993, analise as assertivas abaixo acerca do Sistema de Registro de Preços (SRP) e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As compras, excepcionalmente, poderão ser processadas através de sistema de registro de preços, desde que haja justificativa da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- (B) Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- (C) O sistema de registro de preços deve ser regulamentado por lei específica de cada ente da federação.
- (D) A ata de registro de preços não pode ter validade superior a 2 (dois) anos.
- (E) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

Questão 35

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, promoveu a extinção de algumas modalidades de licitação e a criação de uma nova modalidade. Assinale a alternativa que indica CORRETA e, respectivamente, as duas modalidades de licitação que foram extintas e a nova modalidade criada pela referida lei.

- (A) Concorrência Pública e Pregão, Chamamento Público.
- (B) Leilão e Tomada de Preços, Diálogo Competitivo.
- (C) Convite e Tomada de Preços, Diálogo Competitivo.
- (D) Convite e Pregão, Concorrência Privada.
- (E) Convite e Concurso, Chamamento Público.

Questão 36

Acerca das regras de execução dos Contratos Administrativos sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas, condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.
- (B) Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- (C) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- (D) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução não poderá ser prorrogado automaticamente e eventual prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo.
- (E) A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Questão 37

Acerca das entidades da Administração Pública Indireta, julgue os itens a seguir:

- I. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para desempenhar atividades próprias e típicas do Estado.
- II. As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito privado cuja criação é autorizada por lei.
- III. As Autarquias gozam de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e política.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I, II e III.
- (B) apenas, I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Questão 38

A Lei nº 1.749 de 30 de dezembro de 2009 institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Rio Branco, suas autarquias e fundações públicas. Acerca da referida lei, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) Às pessoas portadoras de necessidades especiais permanentes é assegurado o direito de inscrição em concurso municipal para provimento de cargos efetivos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas, no mínimo, 7% (sete por cento) das vagas oferecidas no concurso.
- (C) Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, ou cargo de provimento em comissão não será devida qualquer retribuição pelo seu exercício, mas a atividade será considerada prestação de relevante serviço público.
- (D) O regime de integral dedicação ao serviço compreende a prestação de quarenta e quatro horas semanais de trabalho.
- (E) O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada terá o prazo de 90 (noventa) dias para quitar o débito.

Questão 39

Além do vencimento base e de outras vantagens, a Lei nº 1.749, de 30 de dezembro de 2009, estabelece que poderão ser pagos aos servidores indenizações, gratificações e adicionais. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:

- (A) O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, faz jus ao adicional de insalubridade e, caso este servidor também exerça atividade considerada perigosa, receberá também o adicional de periculosidade.
- (B) A gratificação por encargo de curso ou concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.
- (C) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- (D) O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês anterior ao da exoneração.
- (E) O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter permanente para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com hospedagem, alimentação e locomoção urbana na forma, condições e valores fixados em regulamento.

Questão 40

A Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei anticorrupção, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Acerca da referida lei, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- (B) Na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária cessa a responsabilidade da pessoa jurídica.
- (C) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá mediante provocação, sendo vedada a instauração de ofício.
- (D) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.
- (E) No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa, contados a partir da intimação.

Questão 41

Com base no disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (B) Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- (D) A decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente é vedada.
- (E) A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

Questão 42

Acerca das penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O agente público que for punido pela legislação penal comum não poderá ser sancionado com base na Lei de Improbidade Administrativa em decorrência do mesmo fato, sob pena de se configurar *bis in idem*.
- (B) As penalidades previstas na lei de improbidade administrativa devem ser aplicadas de forma isolada, de acordo com a gravidade do fato, sendo vedada a sua aplicação cumulativa.
- (C) Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (D) A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado na forma prevista na Lei é ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (E) A sanção de proibição de contratar com o poder público não poderá, em nenhuma hipótese, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.

Questão 43

Com base nas Normas Internacionais Para a Prática de Auditoria Interna (IPPF), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores internos devem ser objetivos ao executar seus trabalhos.
- (B) O propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna devem estar formalmente definidos em um estatuto de auditoria interna, consistente com a Definição de Auditoria Interna, com o Código de Ética e com as Normas.
- (C) O executivo chefe de auditoria deve reportar-se a um nível dentro da organização que permita à atividade de auditoria interna cumprir suas responsabilidades.
- (D) O executivo chefe de auditoria deve confirmar junto ao conselho, pelo menos semestralmente, a independência organizacional da atividade de auditoria interna.
- (E) O executivo chefe de auditoria deve se comunicar e interagir diretamente com o conselho.

Questão 44

Acerca das Normas Internacionais Para a Prática de Auditoria Interna (IPPF), julgue os itens a seguir:

- I. Os auditores internos podem prestar serviços de consultoria relativos às operações pelas quais tenham sido responsáveis anteriormente.
- II. Os auditores internos devem adotar uma atitude imparcial e isenta e evitar qualquer conflito de interesses.
- III. Os auditores internos devem possuir conhecimento suficiente sobre os principais riscos e controles de tecnologia da informação. Espera-se que todos os auditores internos possuam a especialização de um auditor interno cuja principal responsabilidade seja auditoria de tecnologia da informação.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I, II e III.
- (B) apenas II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

Questão 45

No que diz respeito ao gerenciamento de riscos tratado nas Normas Internacionais Para a Prática de Auditoria Interna (IPPF), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A atividade de auditoria interna deve avaliar o potencial de ocorrência de fraude e como a organização gerencia o risco de fraude.
- (B) Os auditores internos devem endereçar os riscos de forma consistente com os objetivos do trabalho e estar alertas à existência de outros riscos significativos.
- (C) Ao auxiliar a administração no estabelecimento ou na melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, os auditores internos devem assumir a responsabilidade da administração de efetivamente gerenciar os riscos.
- (D) A atividade de auditoria interna deve avaliar as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação a salvaguarda dos ativos.
- (E) Os auditores internos devem incorporar os conhecimentos sobre riscos adquiridos nos trabalhos de consultoria à sua avaliação dos processos de gerenciamento de riscos da organização.

Questão 46

No que diz respeito às regras acerca das avaliações internas e externas previstas nas Normas Internacionais Para a Prática de Auditoria Interna (IPPF), marque a alternativa CORRETA.

- (A) As avaliações externas devem incluir o monitoramento contínuo do desempenho da atividade de auditoria interna.
- (B) As avaliações internas devem incluir autoavaliações ou avaliações periódicas realizadas por pessoas externas à organização com conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna.
- (C) As avaliações internas devem ser realizadas, pelo menos, uma vez a cada cinco anos.
- (D) As avaliações externas devem ser realizadas por um único avaliador, ou uma equipe de avaliação, qualificado e independente, externo à organização.
- (E) As avaliações internas devem incluir o monitoramento descontínuo do desempenho da atividade de auditoria interna.

Questão 47

Acerca das disposições da NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, julgue as sentenças abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () A NBC TA ESTRUTURA CONCEITUAL é considerada uma norma propriamente dita.
- () O trabalho de asseguração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.
- () Os trabalhos de asseguração podem ser classificados em dois tipos: razoável e irrazoável. No primeiro, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitável nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão, já no segundo o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguração razoável.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, V, F.
- (B) V, F, V.
- (C) F, F, F.
- (D) V, V, V.
- (E) V, V, F.

Questão 48

A NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração – estabelece os elementos do trabalho de asseguração. Sobre o tema, assinale a alternativa que NÃO indica corretamente um dos elementos.

- (A) Relação de duas partes envolvendo o auditor independente e a parte responsável
- (B) Objeto apropriado
- (C) Critérios aplicáveis
- (D) Evidências apropriadas e suficientes
- (E) Relatório de asseguração escrito no formato apropriado ao trabalho de asseguração razoável ou de asseguração limitada

Questão 49

Os critérios adequados são requeridos para mensuração ou avaliação razoável consistente com o objeto dentro do contexto do julgamento profissional. Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, os critérios adequados apresentam as seguintes características, EXCETO:

- (A) relevância.
- (B) integralidade.
- (C) confiabilidade.
- (D) parcialidade.
- (E) compreensibilidade.

Questão 50

O COSO ERM – *Integrating with Strategy and Performance* (Gerenciamento de Riscos Corporativos Integrado com Estratégia e Performance), apresenta 20 princípios organizados em 05 componentes inter-relacionados acerca do gerenciamento de riscos corporativos. Sobre o tema, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE todos os componentes.

- (A) Governança e cultura; Definição de estratégia e objetivo; Desempenho; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte
- (B) Governança e cultura; Definição do negócio; Desempenho; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte
- (C) Governança e cultura; Definição do negócio; Avaliação periódica; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte
- (D) Governança e cultura; Definição de estratégia e objetivo; Avaliação periódica; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte
- (E) Governança e integridade; Definição de estratégia e objetivo; Desempenho; Análise e revisão; Informação, comunicação e reporte

Questão 51

No âmbito administrativo, quando cabe à autoridade administrativa apenas editar determinado ato, sem apreciação de aspectos concernentes à oportunidade, conveniência, interesse público e equidade razão porque tais aspectos foram previamente valorados pelo poder legislativo, está-se diante do chamado:

- (A) Poder de edição
- (B) Poder discricionário
- (C) Poder normativo
- (D) Poder vinculado
- (E) Poder regulamentar

Questão 52

O poder regulamentar é uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Sobre isso, julgue os itens a seguir:

- I. O regulamento executivo é uma prerrogativa do poder executivo de modo que cabe à ele a função de poder inovar na ordem jurídica, sempre de modo a ampliar direitos.
- II. De acordo com a Constituição Federal, o regulamento executivo tem que se limitar a estabelecer normas sobre a forma como a lei vai ser cumprida pela Administração.
- III. O regulamento autônomo inova na ordem jurídica, porque estabelece normas sobre matérias que, embora já se encontram disciplinadas pela lei, são incompletas.
- IV. Nos regulamentos jurídicos, o poder regulamentar é maior, com mais discricionariedade, porque diz respeito à liberdade e aos direitos dos particulares.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) apenas II.
- (B) I e II.
- (C) apenas III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Questão 53

Os poderes da administração pública que decorrem para as autoridades administrativas são inerentes à administração pública pois, sem eles, ela não conseguiria fazer sobrepor-se a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao interesse privado. Sobre os poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando implicar aumento de despesa, criação e extinção de órgãos públicos.
- (B) Na aplicação de sanções aos gestores públicos, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
- (C) O poder disciplinar é uma decorrência da subordinação no que se refere aos servidores públicos, mesmo no Poder Judiciário e no Ministério Público, onde há hierarquia quanto ao exercício de suas funções institucionais.
- (D) A Administração tem liberdade de escolha entre punir e não punir, pois, tendo conhecimento de falta praticada por servidor, pode escolher instaurar o procedimento adequado para sua apuração com base na oportunidade e conveniência e, se for o caso, aplicar a pena cabível.
- (E) A punição da infração por ineficiência no serviço é aplicada com base na discricionariedade do agente administrativo.

Questão 54

A organização administrativa é baseada em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia. Com base nisso, é correto afirmar que decorrem da organização administrativa os seguintes poderes, EXCETO:

- (A) Poder de editar atos normativos.
- (B) Poder de delegar atribuições que sejam privativas.
- (C) Poder dar ordens aos subordinados.
- (D) Poder de controlar a atividade dos órgãos inferiores.
- (E) Poder de aplicar sanções em caso de infrações disciplinares.

Questão 55

A administração pública abrange prerrogativas que garantem a autoridade necessária para a consecução do interesse público e restrições. Diante disso, assinale a alternativa que contém APENAS exemplos de prerrogativas da administração pública.

- (A) Presunção de veracidade dos atos, poder de expropriar, de requisitar bens e serviços e exigir licitação para a celebração de contratos e de concurso público para a seleção de pessoal.
- (B) Autoexecutoriedade, autotutela, poder de expropriar, de requisitar bens e serviços, e de ocupar temporariamente o imóvel alheio.
- (C) Rescindir unilateralmente contratos, impor medidas de polícia e exigir licitação para a celebração de contratos e de concurso público para a seleção de pessoal.
- (D) Juízo privativo e submissão aos princípios da administração pública.
- (E) Autoexecutoriedade, autotutela, poder de expropriar, de requisitar bens e serviços e exigência de licitação para a celebração de contratos e de concurso público para a seleção de pessoal.

Questão 56

Hely Lopes Meirelles (2003, p. 319) define o serviço público como “todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado”. Sobre isso, julgue os itens a seguir:

- I. No caso de serviços não comerciais e industriais, o regime é de direito público, em que os agentes são estatutários e as decisões apresentam presunção de veracidade, mas não apresentam autoexecutoriedade.
- II. A sujeição a regime publicístico é inerente ao próprio conceito de serviço público.
- III. Nos serviços em que o regime é de direito público, em regra a responsabilidade é subjetiva.
- IV. Aplica-se o direito público no que diz respeito às relações entre a entidade prestadora de serviço e a pessoa jurídica política que a instituiu, de modo que, nestes casos, o regime jurídico é híbrido.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) apenas IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.

Questão 57

A máxima de que o serviço público não pode parar decorre da aplicação do princípio da continuidade do serviço público e traz consequências especialmente em relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública. Diante disso, são consequências da aplicação do princípio da continuidade do serviço público, EXCETO:

- (A) imposição de prazos rigorosos ao contraente
- (B) aplicação da teoria da imprevisão
- (C) manutenção do regime jurídico
- (D) inaplicabilidade da *exceptio non adimpleti contractus* contra a Administração
- (E) reconhecimento de privilégios para a Administração, como o de encampação

Questão 58

O Superior Tribunal Federal, pela Súmula nº 41, consagrou o entendimento de que “o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa”. Diante disso, é correto afirmar que:

- (A) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa porque pode ser usufruído *uti singuli*.
- (B) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa porque esse serviço se enquadra no conceito contido no artigo 145, II, da Constituição Federal.
- (C) o serviço de iluminação pública é um exemplo de serviço *uti universi*, que são prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos.
- (D) o serviço de iluminação pública é um exemplo de serviço divisível e que pode ser usufruído *uti singuli*.
- (E) o serviço de iluminação pública se enquadra no conceito de serviço público *uti universi* e se trata de uma atividade facultativa do Estado.

Questão 59

Sobre as formas de gestão dos serviços públicos, julgue os itens a seguir:

- I. Para o serviço público de natureza comercial ou industrial, que admita a cobrança de tarifa do usuário, o instituto adequado é a concessão ou permissão de serviço público.
- II. Em regra, a concessão do serviço público é admitida na prestação de serviços sociais porque estes são prestados gratuitamente.
- III. Os serviços *uti universi*, não usufruídos diretamente pelos cidadãos, como a limpeza pública, por exemplo, podem ser objeto de concessão.
- IV. Para o serviço público de natureza comercial ou industrial, sem cobrança de tarifa do usuário, o instituto cabível é a concessão.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) apenas IV.

Questão 60

A necessária tomada de medida urgente, como por exemplo, a demolição de prédio que ameaça ruir, o internamento de pessoa com doença contagiosa ou a dissolução de reunião que ponha em risco a segurança de pessoas e coisas, a administração pública pode se valer de um atributo chamado:

- (A) presunção de veracidade.
- (B) imperatividade.
- (C) autoexecutoriedade.
- (D) tipicidade.
- (E) publicidade.

Questão 61

O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade é denominado de:

- (A) autorização.
- (B) admissão.
- (C) licença.
- (D) permissão.
- (E) aprovação.

Questão 62

A revogação é o ato administrativo discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência. Sobre isso, é correto afirmar que:

- (A) os atos administrativos vinculados podem ser revogados, precisamente porque nestes há os aspectos concernentes à oportunidade e conveniência.
- (B) os atos que tiveram seus efeitos exauridos podem ser revogados, pois a revogação retroage os efeitos já produzidos, retornando ao *status quo* e impede que o ato continue a produzir efeitos.
- (C) a revogação não pode atingir os meros atos administrativos, como certidões.
- (D) na hipótese em que o interessado tenha recorrido de um ato administrativo e que este esteja sob apreciação de autoridade superior, a autoridade que praticou o ato é a pessoa competente para revogá-lo.
- (E) não podem ser revogados os atos que geram direitos adquiridos, conforme está expresso na Súmula nº 473 do STF.

Questão 63

Sobre os contratos administrativos, julgue os itens a seguir:

I. Os contratos administrativos abrangem os serviços públicos comerciais e industriais do Estado que, embora exercidos, em geral, sob regime de direito privado, podem ter execução transferida ao particular por meio do contrato de concessão de serviço público, que é o contrato administrativo por excelência.

II. Será administrativo o contrato que tiver por objeto a utilização privativa de bem público de uso comum ou uso especial.

III. Nos contratos regidos pelo direito privado, o particular visa à consecução de seu interesse individual, no caso dos contratos administrativos, regidos pelo direito público, a Administração objetiva o atendimento do interesse público e do interesse de seus servidores.

IV. Quando a Administração celebra contrato cujo objeto apenas indiretamente ou acessoriamente diz respeito ao interesse geral ela se submete ou pode submeter-se ao direito privado.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Questão 64

Sobre os contratos administrativos, analise os itens a seguir:

I. Os contratos administrativos de que tratam a Lei nº 8.666/1993 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

POR ISSO

II. As cláusulas exorbitantes são próprias dos contratos administrativos como os poderes de alteração e rescisão unilateral, de fiscalização e de aplicação de sanções.

Após análise, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é justificativa da I
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II não é justificativa da I
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa
- (D) As asserções I e II são proposições falsas
- (E) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira

Questão 65

No processo licitatório em que por razões de ordem técnica autoriza a indicação de determinada marca do produto a ser adquirido, ou quando se fazem exigências de habilitação indispensáveis à execução de um determinado contrato ou se especificam características de um produto, são situações que constituem exceção ao:

- (A) Princípio da Probidade.
- (B) Princípio da Moralidade.
- (C) Princípio da Isonomia.
- (D) Princípio da Legalidade.
- (E) Princípio da Impessoalidade.

Questão 66

O Direito Financeiro consiste no sub-ramo do direito público que estuda as finanças do Estado em sua estreita relação com a sua atividade financeira. A atividade financeira é definida por quatro fenômenos, são eles, EXCETO:

- (A) Receitas públicas.
- (B) Tributação pública.
- (C) Despesas públicas.
- (D) Orçamento público.
- (E) Crédito público.

Questão 67

Sobre a competência legislativa em matéria de direito financeiro, julgue os itens a seguir:

I. O direito financeiro, ao lado do direito tributário, está dentro da competência privativa da União, conforme dicção do art. 24, 1, da CF.

II. No direito brasileiro, se exige a “cláusula de necessidade” para a União legislar sobre normas gerais, na linha do art. 72 da Lei Fundamental.

III. Em direito financeiro, bem como nos demais ramos versados no art. 24 da CF/88, a competência municipal não é autônoma.

IV. Na ausência das normas gerais da União, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) apenas III.

Questão 68

Sobre orçamento público, analise os itens a seguir:

I. A autorização no orçamento para a construção de uma escola não obriga o Executivo a sua realização.

POR ISSO

II. Pode-se separar as normas da lei orçamentária em normas orçamentárias e normas pré-orçamentárias. As primeiras nasceram no orçamento público e são autorizativas. As últimas nasceram antes do orçamento e vinculam-no à sua efetivação, chamadas de impositivas.

Após análise, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é justificativa da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II não é justificativa da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.
- (E) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 69

Sobre a natureza jurídica do orçamento público, relacione as colunas a seguir:

1. Autorizativo
2. Impositivo

() Comando normativo criado por leis anteriores ao orçamento (Ex.: pagamento de salários, transferências constitucionais etc).

() Vinculações com direito subjetivo por força de outro comando, que não o orçamentário.

() O Executivo poderá cumprir ou não a norma, a depender das disponibilidades orçamentárias e vontade política.

() Comando normativo criado na própria lei orçamentária (Ex.: reforma de praça, construção de escola etc).

A sequência correta é:

- (A) 1 - 2 - 1 - 2.
- (B) 2 - 1 - 2 - 1.
- (C) 2 - 2 - 1 - 1.
- (D) 2 - 2 - 2 - 1.
- (E) 1 - 1 - 1 - 2.

Questão 70

Sobre as espécies de orçamento público, relacione as colunas a seguir:

1. Orçamento tradicional
2. Orçamento-desempenho
3. Orçamento-programa
4. Orçamento base zero

() É o orçamento vinculado ao planejamento, com foco no aspecto administrativo da gestão e privilegia aspectos gerenciais e o alcance de resultados.

() Orçamento com ênfase no desempenho organizacional com desvinculação entre planejamento e orçamento.

() Ausência de vinculação ao exercício anterior como parâmetro para o valor inicial mínimo do gasto.

() Desvinculado de planejamento e com foco em aspectos contábeis.

- (A) 1 - 2 - 3 - 4.
- (B) 4 - 2 - 3 - 1.
- (C) 3 - 2 - 4 - 1.
- (D) 2 - 3 - 4 - 1.
- (E) 3 - 4 - 1 - 2.

Questão 71

Qual é o objetivo principal da Auditoria Interna na área municipal?

- (A) Avaliar a eficiência dos programas governamentais
- (B) Verificar a conformidade das operações com as leis e regulamentos aplicáveis
- (C) Emitir opinião sobre as demonstrações contábeis do município
- (D) Identificar fraudes e irregularidades
- (E) Elaborar relatórios de auditoria para controle externo

Questão 72

Na fase de planejamento de uma auditoria, a definição dos objetivos de controle é importante para:

- (A) identificar as áreas de menor risco.
- (B) determinar os procedimentos jurídicos a serem aplicados.
- (C) estabelecer critérios de avaliação.
- (D) elaborar os planos e orçamentos participativos.
- (E) maximizar os lucros municipais.

Questão 73

Durante uma auditoria de processos administrativos, um auditor identificou uma falha na segregação de funções. Qual é o risco associado a essa falha?

- (A) Fraudes nos processos
- (B) Ineficiência operacional
- (C) Desvio de recursos
- (D) Conflito de interesse
- (E) Desperdício de recursos

Questão 74

Qual é o procedimento básico para a condução de uma auditoria de conformidade?

- (A) Avaliação da eficiência dos processos
- (B) Verificação da conformidade com as normas contábeis
- (C) Análise das demonstrações financeiras
- (D) Teste da aplicação de procedimentos internos
- (E) Revisão das políticas de recursos humanos

Questão 75

Assinale a alternativa que apresenta a principal finalidade da auditoria de gestão.

- (A) Verificar a conformidade com as normas contábeis
- (B) Identificar fraudes e irregularidades
- (C) Avaliar a eficácia das políticas e programas governamentais
- (D) Emitir parecer sobre as demonstrações contábeis
- (E) Elaborar relatórios para controle externo

Questão 76

Podemos afirmar que o objetivo principal do controle preventivo seria:

- (A) identificar fraudes e irregularidades.
- (B) verificar a conformidade das operações com as normas contábeis.
- (C) antecipar possíveis problemas e corrigir desvios.
- (D) emitir opinião sobre as demonstrações financeiras.
- (E) elaborar relatórios para controle externo.

Questão 77

Durante uma auditoria de folha de pagamento, um auditor identificou que um servidor está recebendo um salário superior ao previsto em lei. Nesse caso, o auditor deve recomendar:

- (A) a correção imediata do salário do servidor.
- (B) a abertura de um processo administrativo disciplinar contra o servidor.
- (C) a solicitação de reembolso ao servidor dos valores recebidos indevidamente.
- (D) a inclusão do fato em um relatório de auditoria para conhecimento da alta administração.
- (E) a responsabilização do gestor responsável pelo pagamento.

Questão 78

Julgue os excertos abaixo.

I. As despesas públicas referem-se aos gastos realizados pelo Estado ou pelos entes autorizados no cumprimento de suas atribuições e na provisão de bens e serviços públicos.

II. As despesas correntes são aquelas relacionadas aos gastos rotineiros, como pessoal, material de consumo e serviços, enquanto as despesas de capital envolvem investimentos em infraestrutura, equipamentos e outros ativos duradouros.

III. O controle interno contribui para a prevenção de fraudes, irregularidades e desperdícios, bem como para a promoção da transparência e da prestação de contas na gestão dos recursos públicos.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) apenas III.
- (B) apenas II.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

Questão 79

Durante uma auditoria de estoque, um auditor verificou que alguns itens estão obsoletos e sem possibilidade de utilização. Nesse caso, o auditor deve recomendar:

- (A) a venda dos itens obsoletos a preços reduzidos.
- (B) a doação dos itens obsoletos para instituições de caridade.
- (C) o descarte adequado dos itens obsoletos.
- (D) a manutenção dos itens obsoletos no estoque.
- (E) a realização de um novo inventário físico dos itens obsoletos.

Questão 80

O processamento das despesas públicas envolve várias etapas essenciais, EXCETO:

- (A) autorização.
- (B) empenho.
- (C) liquidação.
- (D) pagamento.
- (E) giro.

Questão 81

Na execução das despesas públicas, é fundamental observar os princípios orçamentários, que orientam a correta utilização dos recursos públicos. Dentre os princípios orçamentários, destaca-se o princípio da:

- (A) legalidade.
- (B) pluralidade.
- (C) anualidade.
- (D) subjetividade.
- (E) informalidade.

Questão 82

As Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*IIA Standards*) são um conjunto de diretrizes criadas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), com o objetivo de promover a excelência na prática da auditoria interna. Nesse sentido, a _____ estabelece diretrizes para o gerenciamento do programa de auditoria interna, abrangendo o planejamento, a execução, o acompanhamento e a comunicação dos resultados.

Complete o excerto acima e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Norma 1000
- (B) Norma 2000
- (C) Norma 2100
- (D) Norma 1200
- (E) Norma 1100

Questão 83

Julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS ou FALSAS.

() No contexto da prevenção e do combate à corrupção, os controles internos exercem um papel crucial na identificação, mitigação e monitoramento de riscos, bem como na promoção da transparência e da responsabilidade na administração pública.

() A auditoria interna atua exclusivamente na análise dos registros contábeis e ações de combate à corrupção.

() A segregação de funções é uma estratégia importante para prevenir e detectar fraudes e desvios de recursos que envolve a separação de atividades-chave, de forma que nenhuma pessoa tenha controle completo sobre um processo ou transação.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, F, V.
- (B) F, V, F.
- (C) V, V, V.
- (D) V, F, V.
- (E) V, F, F.

Questão 84

Durante uma auditoria interna em uma entidade pública, o auditor identificou um indício de irregularidade em um processo licitatório. Ao investigar mais a fundo, o auditor constatou que um dos servidores envolvidos no processo possui relação de parentesco com o proprietário de uma das empresas participantes da licitação. O auditor precisa tomar uma decisão sobre o encaminhamento dessa situação. Considerando a ética e as normas de conduta do auditor, qual seria a ação mais adequada?

- (A) Notificar imediatamente a imprensa sobre o indício de irregularidade, garantindo maior transparência do processo
- (B) Confrontar o servidor envolvido com as evidências encontradas e exigir a devolução dos recursos envolvidos
- (C) Reportar o caso aos órgãos de controle externo para que iniciem uma investigação mais aprofundada
- (D) Informar o gestor da entidade sobre o indício de irregularidade e recomendar a abertura de um processo administrativo para apurar os fatos
- (E) Ignorar o indício de irregularidade, uma vez que não há provas concretas de favorecimento no processo licitatório

Questão 85

A norma ISO 31000:2018 é um referencial internacional importante no âmbito do controle e gerenciamento. Sobre a ISO 31000, assinale a alternativa correta.

- (A) A ISO 31000 estabelece diretrizes para a implementação de sistemas de gestão da qualidade nas organizações
- (B) A ISO 31000 é exclusivamente voltada para a gestão de riscos financeiros em instituições bancárias
- (C) A ISO 31000 oferece um modelo para a gestão de continuidade de negócios em situações de crises e desastres
- (D) A ISO 31000 define os requisitos para a certificação de sistemas de gestão ambiental nas empresas
- (E) A ISO 31000 fornece princípios e orientações para a gestão de riscos, visando auxiliar as organizações na criação de valor e no alcance de seus objetivos

Questão 86

O Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria é um mecanismo utilizado pelas entidades públicas para monitorar e aprimorar a qualidade de suas atividades. Sobre o reporte do PAQM, assinale a alternativa correta.

- (A) O reporte do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria consiste na divulgação pública de todas as informações e dados coletados durante a avaliação da qualidade sem qualquer restrição.
- (B) O reporte do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria é um documento interno utilizado apenas para fins de controle e monitoramento das atividades cotidianas.
- (C) O reporte do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria deve ser realizado de forma pontual, somente após o término da avaliação da qualidade, sem necessidade de acompanhamento regular.
- (D) O reporte do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria é um processo contínuo que envolve a comunicação regular e transparente dos resultados da avaliação da qualidade, incluindo recomendações e planos de ação.
- (E) O reporte do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria é um relatório padronizado elaborado pelos órgãos de controle externo para avaliar o desempenho das entidades públicas em relação à qualidade de suas atividades.

Questão 87

Julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS ou FALSAS.

- () A auditoria é responsável pela execução das atividades auditadas sendo responsável por realizar as ações corretivas necessárias.
- () Os auditores devem atuar de forma imparcial e livre de conflitos de interesse, garantindo sua independência em relação à área ou processo que estão auditando.
- () Os auditores são responsáveis pela tomada de decisão executiva a partir da análise dos resultados.

A sequência CORRETA é:

- (A) F, F, V.
- (B) F, V, F.
- (C) V, V, V.
- (D) V, F, V.
- (E) V, F, F.

Questão 88

Uma equipe de auditoria interna de um município realizou uma auditoria nos processos de aquisição de materiais de escritório. Durante a análise, foram identificadas irregularidades em 30% dos pedidos de compra, que resultaram em pagamentos indevidos. Se o valor total dos pedidos de compra analisados foi de R\$ 500.000, qual foi o montante dos pagamentos indevidos?

- (A) R\$ 50.000
- (B) R\$ 100.000
- (C) R\$ 150.000
- (D) R\$ 200.000
- (E) R\$ 250.000

Questão 89

Durante uma auditoria interna em uma câmara municipal, constatou-se que uma multa por atraso no pagamento de impostos era calculada com juros compostos de 0,8% ao mês. O valor original da multa era de R\$ 10.000,00 e o atraso era de 9 meses. Qual o valor total da multa considerando os juros compostos?

- (A) R\$ 10.578,90
- (B) R\$ 10.832,41
- (C) R\$ 10.946,25
- (D) R\$ 11.270,72
- (E) R\$ 11.560,78

Questão 90

Julgue os excertos abaixo.

- I. A governança envolve a criação de um ambiente que promova a responsabilidade, transparência, integridade e ética prioritariamente no círculo da alta administração.
- II. A governança refere-se às estruturas, processos e práticas utilizadas pelas organizações municipais para dirigir e controlar suas atividades.
- III. A governança, enquanto um processo estático, requer um compromisso constante de todos os envolvidos para estabelecer e manter práticas eficazes.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) apenas III.
- (B) apenas II.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

Questão 91

Durante o planejamento das atividades de auditoria interna em uma prefeitura municipal, a equipe identificou a necessidade de alocar recursos adicionais para realizar um trabalho mais abrangente e eficiente. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre a alocação de recursos para o trabalho da auditoria.

- (A) A alocação de recursos na auditoria interna municipal deve ser feita exclusivamente com base em critérios financeiros, priorizando o orçamento disponível para cada período fiscal.
- (B) A alocação de recursos na auditoria interna municipal não é relevante, pois a equipe deve se adequar aos recursos disponíveis.
- (C) A alocação de recursos na auditoria interna municipal deve ser feita considerando a disponibilidade de profissionais capacitados, sem a necessidade de levar em conta o escopo das atividades a serem realizadas.
- (D) A alocação de recursos na auditoria interna municipal deve ser estratégica, considerando fatores como a complexidade do trabalho, o risco envolvido, o escopo das atividades e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos.
- (E) A alocação de recursos na auditoria interna municipal deve ser feita de forma aleatória, sem considerar nenhum critério específico, para garantir a imparcialidade no desenvolvimento das atividades.

Questão 92

Durante a realização de uma auditoria interna em uma instituição pública, a equipe de auditoria identificou um caso em que informações financeiras relevantes foram omitidas intencionalmente por um gestor. Esse tipo de situação pode ser considerado um exemplo de:

- (A) erro de amostragem.
- (B) omissão material.
- (C) erro de cálculo.
- (D) erro de interpretação.
- (E) falha de controle interno.

Questão 93

Durante uma auditoria interna em uma organização municipal, a equipe de auditoria identificou diversas falhas e irregularidades nos processos de contratação de serviços. Com base nas constatações, a equipe emitiu uma declaração de não conformidade. Sobre a declaração de não conformidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A declaração de não conformidade é um documento que deve ser mantido em sigilo, sem divulgação para as partes envolvidas, a fim de evitar conflitos.
- (B) A declaração de não conformidade é um documento exclusivamente interno, sem a necessidade de comunicação às partes interessadas ou à alta administração.
- (C) A declaração de não conformidade é um instrumento que descreve as falhas e irregularidades identificadas, sendo encaminhada às partes responsáveis para que tomem as devidas providências.
- (D) A declaração de não conformidade é um instrumento utilizado apenas para fins de controle interno, sem qualquer impacto na gestão da organização.
- (E) A declaração de não conformidade é um documento opcional, podendo ou não ser emitido pela equipe de auditoria, de acordo com sua análise subjetiva dos processos auditados.

Questão 94

Assinale a opção que apresenta um elemento essencial que deve estar presente em um relatório de auditoria.

- (A) Recomendações para ações corretivas
- (B) Dados estatísticos sobre o desempenho da organização
- (C) Detalhamento dos procedimentos técnicos e operacionais da equipe de auditores e do núcleo jurídico
- (D) Opinião técnica do auditor sobre a eficiência dos controles internos
- (E) Informações sobre a remuneração dos gestores da organização

Questão 95

Quais são os elementos básicos de um plano de auditoria interna, conforme definido nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF)?

- (A) Objetivos, escopo, metodologia, recursos, cronograma e relatório de auditoria
- (B) Objetivos, planejamento, execução, supervisão, revisão e relatório de auditoria
- (C) Escopo, execução, documentação, evidências, revisão e relatório de auditoria
- (D) Planejamento, execução, avaliação, conclusões, recomendações e relatório de auditoria
- (E) Planejamento, execução, revisão, conclusões, aprovação e relatório de auditoria

Questão 96

Julgue os excertos abaixo.

- I. Durante a execução do trabalho de auditoria, é comum se aplicar algumas técnicas, tais como: entrevistas, análise documental e testes de conformidade.
- II. A comunicação dos achados é uma etapa crucial no trabalho da auditoria, sendo que é importante preparar relatórios que forneçam uma visão precisa dos resultados e das recomendações.
- III. A análise dos resultados obtidos durante a auditoria requer uma abordagem crítica e subjetiva.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões):

- (A) apenas III.
- (B) apenas II.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

Questão 97

Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), qual dos seguintes componentes não faz parte do processo de garantia e melhoria da qualidade da auditoria interna?

- (A) Revisões internas periódicas
- (B) Monitoramento contínuo
- (C) Avaliação externa da função de auditoria interna
- (D) Autoavaliação periódica da função de auditoria interna
- (E) Aprovação prévia da auditoria interna por um órgão regulador externo

Questão 98

Julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS ou FALSAS.

() O planejamento da auditoria envolve a análise dos riscos, a definição dos procedimentos de auditoria e o estabelecimento de um cronograma.

() O escopo do trabalho da auditoria refere-se ao alcance e à extensão dos trabalhos a serem realizados definindo como áreas que serão auditadas.

() O planejamento da auditoria inclui a investigação de achados e recomendações de caráter conclusivo.

A sequência CORRETA é:

(A) F, F, V.

(B) F, V, F.

(C) V, V, V.

(D) V, F, V.

(E) V, F, F.

Questão 99

De acordo com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), qual dos seguintes elementos não faz parte do processo de comunicação dos resultados da auditoria interna?

(A) Relatórios de auditoria

(B) Reuniões de encerramento

(C) Aprovação dos resultados pelos auditados

(D) Compartilhamento de informações confidenciais

(E) Acompanhamento das recomendações

Questão 100

Qual é o objetivo principal das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF)?

(A) Padronizar as técnicas de auditoria interna em todo o mundo

(B) Estabelecer diretrizes para a realização de auditorias externas

(C) Definir os requisitos legais e regulatórios para a auditoria interna

(D) Fornecer um conjunto de princípios e padrões para a prática profissional de auditoria interna

(E) Orientar as atividades de auditoria interna específicas para a indústria financeira